
Décima edição do Fórum Jurídico de Lisboa foi destaque

Começou na última segunda-feira (27/6) a décima edição do Fórum Jurídico de Lisboa. O evento organizado pelo IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP) e pela FGV (Fundação Getulio Vargas) teve o mote principal "Governance da Ordem Jurídica em Transformação".

Acadêmicos, juristas, autoridades e representantes da sociedade civil organizada estavam reunidos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em Portugal, para dialogar sobre desafios, visões e diferentes modelos de sistemas jurídicos presentes em ambos continentes a partir de uma perspectiva de governança em contínua transformação. A **ConJur** acompanhou *in loco* o evento e [noticiou](#) as principais discussões.

Metas em dia

O Superior Tribunal de Justiça [encerrou](#) nesta sexta-feira (1º/7) o semestre judicial com uma breve sessão da Corte Especial, em que o presidente, Humberto Martins, celebrou os resultados obtidos e a meta número 1 do Conselho Nacional de Justiça Alcançada.

De fevereiro a junho, a corte julgou mais processos do que recebeu. Foram registrados e distribuídos 208.119 casos. Os colegiados jugaram em sessão 58.799 e foram registradas 237.425 monocráticas. Ao todo, incluindo agravos e embargos, o STJ somou 296.224 decisões.

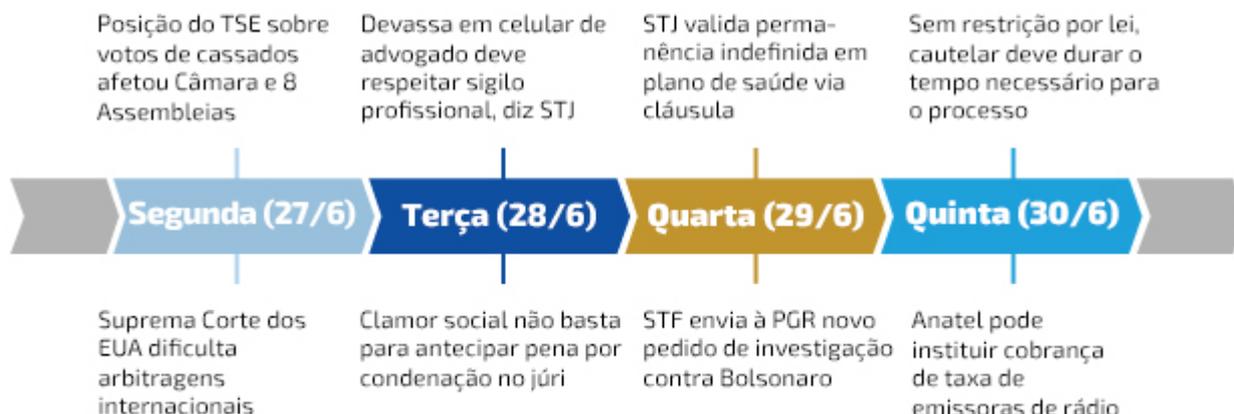
"O tribunal superou a marca de 296 mil processos julgados, cumprindo com qualidade, produtividade e excelência toda a meta 1 do CNJ. Conseguimos julgar um número de processos bem maior que o distribuído. Quase 90 mil a mais", comemorou o ministro Humberto Martins.

80 milhões de motivos

Foi lançado nesta semana o [Anuário da Justiça Brasil 2022](#), a maior e mais completa publicação sobre o Poder Judiciário. Esta edição mostra o tamanho e a importância da Justiça no país que alcançou a marca de 80 milhões de processos em tramitação.

A publicação está [disponível gratuitamente na versão online](#) e à venda na [Livraria ConJur](#), em sua versão impressa.

ConJur



TV ConJur

[Lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2022](#)

[X Fórum Jurídico de Lisboa — Juliana Bumachar](#)

[X Fórum Jurídico de Lisboa — Caroline Somesom Tauk](#)

Frase da semana

"Auditar traduz a ideia de conferir procedimentos e instrumentos usados na produção de determinado resultado. Auditar as urnas eleitorais, portanto, não pode se confundir com rejeitar o resultado legítimo e que porventura seja oposto ao interesse pessoal de um ou outro candidato", presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin ao fazer balanço do primeiro semestre em período tenso de preparação das eleições de 2022.

Entrevista da semana

Spacca



A advogada e deputada estadual de São Paulo Janaina

Paschoal (PRTB) foi uma das autoras do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo a petição, a petista cometeu crime de responsabilidade ao atrasar repasses para pagamentos de benefícios sociais ao Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e ao autorizar a abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso. Ao fim do processo, Dilma foi destituída do cargo, em agosto de 2016.

Pré-candidata a senadora, Janaina Paschoal decidiu concorrer ao cargo por entender que falta aos parlamentares um perfil mais jurídico — ela também é professora de Direito Penal da Universidade de São Paulo. Se eleita, pretende "nacionalizar" os projetos que apresentou na Assembleia Legislativa de São Paulo, como um que acelera o processo de adoção e outro que estabelece programa de recuperação de dependentes químicos no sistema carcerário.

Em [entrevista](#) à **ConJur**, Janaina Paschoal ainda defendeu o legado da autodenominada "lava jato", disse ser favorável a candidaturas avulsas e criticou a ação que busca a legalização do aborto no Supremo Tribunal Federal.

As dez mais lidas

Audiência

De 24/6 a 30/6



1,7 milhão

número de visualizações
de página na ConJur



935 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

[Juíza processa advogado por ele gravar audiência em que foi ofendido](#)

[OAB-SP promove ato contra juíza que mandou advogado estudar](#)

[Maior litigante do país, Bottura é alvo de mandado de prisão](#)

[Desembargador aposentado é condenado por ofender advogado](#)

[Lenio Streck: *Indefiro, indefiro, eu mando... vai estudar, advogado*](#)

[Artigos do Estatuto se aplicam a advogados de estatais sem monopólio](#)

[Marcel Monroe: *Luva de Pedreiro e a ação de exigir contas*](#)

[Andrea Fassina, apresentadora da TV Justiça, morre aos 52 anos](#)

[Gilmar anula decisão do STJ e cautelares de juízo incompetente](#)

[Penhora de proventos é autorizada para pagar obrigação não alimentar](#)

Manchetes da semana

[Segurança e adaptação não impedem devolução de menor sequestrado](#)

[Excesso não se resolve na mordada, mas no patrimonial, diz Marco Aurélio](#)

[TJ-SP aposta no pagamento direto para agilizar repasse de precatório](#)

[Posição do TSE sobre votos de cassados afetou Câmara e Assembleias](#)

[Vetar acesso de advogado a escritório na epidemia é indevido](#)

[Devassa em celular de advogado deve respeitar sigilo profissional](#)

[Clamor social não basta para antecipar pena por condenação no júri](#)

[Falta de indícios de autoria leva à impronúncia, não à absolvição](#)

[STJ valida permanência indefinida em plano de saúde via cláusula](#)

[Sem restrição por lei, cautelar deve durar o tempo necessário para o processo](#)

Date Created

02/07/2022